

PRÁTICAS DESPORTIVAS NA SOCIEDADE PORTUGUESA (1988-1998)

Salomé Marivoet¹

Introdução

O estudo do comportamento da população face ao desporto tem vindo a ser empreendido pelos organismos do poder político responsáveis pelo desporto. Pretende-se com estes estudos conhecer as disposições de procura, a fim de se avaliarem políticas, e se definirem linhas de orientação capazes de promover o desenvolvimento desportivo de forma integrada.

A maioria dos Estados membros do Conselho da Europa têm vindo a realizar com regularidade este tipo de estudos, sobretudo a partir da década de oitenta. Portugal realizou o seu primeiro estudo em 1988, e o segundo em 1998, o que nos permite estabelecer linhas de comparação quanto à evolução dos hábitos desportivos na sociedade portuguesa durante a última década.²

Pretendeu-se conhecer o comportamento da população face ao desporto, nomeadamente, o número de praticantes, as modalidades, o perfil social dos desportistas, as razões da prática e da não prática, os potenciais praticantes e procura não satisfeita, e ainda, um conjunto de informação referente ao interesse pelo espectáculo, *media*, e participação no associativismo desportivo.

Foram realizados inquéritos nacionais, com base em amostras representativas da população portuguesa entre os 15 e 60 anos em 1988, e, entre os 15 e 74 anos em 1998³.

As principais conclusões da comparação entre os dois estudos apontam para a estagnação da participação desportiva na última década, para um ténue acréscimo do desporto federado de competição, e uma ligeira descida do desporto no âmbito do lazer.

Verificam-se ainda variações quanto aos hábitos desportivos segundo o género e a idade. Os dados apontam ainda para um aumento da intensidade da prática desportiva.

¹ Faculdade de Motricidade Humana-Universidade Técnica de Lisboa
SMarivoet@fmh.utl.pt

² Como autora dos estudos de 1988 e 1998 estes foram desenvolvidos no âmbito, respectivamente, da Direcção Geral dos Desportos do Ministério da Educação enquanto técnica superior deste organismo, e do CEFD -Centro de Estudos e Formação Desportiva da SED-Secretaria de Estado do Desporto ao abrigo do protocolo entre a FMH e a SED. O trabalho de campo e a informatização do inquérito de 1998 foi da responsabilidade da Euroexpansão, Análise de Mercado e Sondagens, S.A..

³ A amostra de 1988 foi representativa da população de Portugal Continental dos 15 aos 60 anos, 5.494.896 indivíduos, ao nível do Concelho para intervalos de confiança de 95%. Assim foram realizados 43.532 inquéritos distribuídos pelos 18 Distritos de Portugal Continental. Os dados nacionais sofreram a correcção ponderada dos resultados dos diferentes distritos, de modo a restituir-lhes o peso real que ocupavam na população nacional. Dentro de cada distrito, a amostra foi estratificada de forma proporcional segundo o Concelho, Sexo e a Idade. A amostra de 1998 foi representativa da população de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira dos 15 aos 74 anos, 7.093.575 indivíduos, tendo sido realizados 3.030 inquéritos. A amostra foi estratificada por Região, Habitat, Género, Idade e Nível de Escolaridade, apresentando uma margem de erro no seu limite superior de 2.86 o que nos permitir inferir em intervalos de confiança de 95%.

1. Antecedentes dos Estudos sobre os Hábitos Desportivos

A crise da sociedade industrial, e o advento de novos valores que valorizavam o lazer e o tempo livre como espaço importante para a realização humana, surgidos na segunda metade do séc. XX, vieram reforçar o interesse dos sociólogos pelo espaço social das práticas desportivas⁴.

No campo desportivo surgem movimentos na sociedade civil que defendem a democratização da prática desportiva, ou seja, a sua generalização a toda a população, criticando o desporto de competição como uma marca da sociedade industrial, onde o corpo se constituía como um instrumento de trabalho produtor de performances.

Estes novos ideais de prática desportiva ganharam maior expressão sobretudo nas sociedades mais industrializadas. O contexto sociopolítico de então foi receptivo à aderência a estes novos ideais, que defendiam que o Estado deveria promover a prática desportiva e torná-la acessível a todos os cidadãos, dadas as vantagens que daí poderiam advir. De entre estas vantagens encontrava-se a qualidade de vida aliada à boa condição física e saúde pública proporcionada pela prática regular do desporto. Assim, perspectivava-se que a prática desportiva regular contribuiria para a recuperação da fadiga do trabalho, o aumento da produtividade, e a diminuição dos gastos públicos com a saúde.

Neste contexto, alguns países encetaram um conjunto de políticas que receberam diferentes designações, com vista a efectivar este direito dos cidadãos. Sob os auspícios do Conselho da Europa recebeu a designação de “Desporto para Todos”, no Leste Europeu, “Desporto de Massas”, nos EUA, “National Fitness”, e na Austrália, “National Fitness Council”.

O Conselho da Europa desenvolveu campanhas de promoção da prática desportiva, e recomendou aos Estados membros que deveriam encetar políticas que dotassem os seus territórios com infra-estruturas desportivas, de modo a tornar o desporto acessível a todos os cidadãos (Conselho da Europa, 1990). Para o efeito, recomendou a construção de 4 m² de área desportiva por habitante (Claeys, Hertogen, Mercy, 1987).

Os *Welfare States* dos países do centro e norte da Europa elaboraram planos de infra-estruturas desportivas, assim como, investiram realmente na construção de uma rede integrada de equipamentos entre 1965 e 1972 (Remans, 1986).

Durante os anos setenta, devido à crise financeira mundial, os Estados encontraram dificuldades em dar continuidade aos elevados investimentos programados, havendo necessidade de realizar novas reavaliações, nomeadamente, encontrar outras formas de planeamento.

Neste contexto, vários estudos foram desenvolvidos, tendo-se chegado à conclusão que muitas instalações não estavam a ser suficientemente rentabilizadas, assim como se encontrou uma procura de novas modalidades desportivas que não estavam suficientemente dimensionadas nos planos elaborados. Este facto, suscitou a necessidade de se realizarem estudos sobre os hábitos desportivos da população, de modo a melhor se perceber a aderência ao desporto, e as apetências das diferentes populações (Lassime, 1986).

Entre 1970 e 1976 são realizados estudos em diferentes países, tendo-se entretanto formado um grupo de trabalho de peritos no âmbito do CDDS, Comité de Desenvolvimento do Desporto do Conselho da Europa, com vista a estudar a

⁴ Durante a década de cinquenta começam a aparecer os primeiros trabalhos académicos, em 1964 funda-se o ICSS - Comité Internacional da Sociologia do Desporto no seio da Associação Internacional de Sociologia, em 1966 inicia-se a publicação quadrienal do *International Review for the Sociology of Sport* (Raymond, Haumont, Levet, 1987).

uniformização dos indicadores e dos estudos, de modo a poder-se realizar comparações entre as situações desportivas nos diferentes Estados membros (Conselho da Europa, 1977 e 1978).

Sob os auspícios do CDDS do Conselho da Europa realizou-se em 1979 o primeiro estudo multinacional sobre os hábitos desportivos, tendo-se chegado à conclusão que a prática desportiva se constitui como um hábito cultural, intimamente ligado à aquisição de valores de cultura física durante o período de escolaridade. Assim, constatou-se, que a prática desportiva varia consoante o sexo, a idade, a escolaridade, e o grupo socioprofissional.

Durante as duas últimas décadas os países da União Europeia têm vindo a actualizar os seus estudos sobre os hábitos desportivos, continuando a verificar-se determinantes sociais segundo as variáveis referidas. Alguns países realizaram campanhas sectorizadas, no sentido de elevar a prática desportiva nos grupos que apresentam menor aquisição de hábitos.

Nos países onde o nível de escolaridade é baixo, e os sectores de actividade primária e secundária ainda abrangem uma boa fatia da população, os hábitos desportivos são inferiores como constitui o caso de Portugal. A acrescentar a este facto, verifica-se nestas mesmas sociedades, fortes tradições culturais que apresentam preconceitos relativamente à prática feminina, facto que contribui para as fracas participações aí registadas.

2. A Prática Desportiva na Sociedade Portuguesa (1988-1998)

Em 1988 em cada cem portugueses dos 15 aos 60 anos, 27 exerciam uma prática desportiva (índice de participação), embora só 22 destes de forma regular, e entre estes, 16 de forma organizada. No âmbito do desporto federado de competição 3%, e 24% no âmbito do desporto de lazer, entre os quais 13% de forma organizada e 19% de forma regular. Assim, dos 27% de praticantes desportivos, 5% desenvolviam-na de forma ocasional, e 11%, de forma não organizada. A procura não satisfeita registada foi de 5%, impondo um factor de expansão no valor de 20%.

No estudo realizado em 1998 foi alargado o universo de análise à população entre os 15 e os 74 anos, tendo-se concluído que para este conjunto da população, 23 em cada cem portugueses eram praticantes desportivos, 3% destes desejavam praticar outras modalidades para além das praticadas, e 4 % mostraram o desejo em iniciar uma prática desportiva num futuro próximo, colocando um factor de expansão de 17% (Gráfico 1)⁵.

A fim de se comparar as situações registadas entre os dez anos que medeiam os dois estudos, analisou-se em 1998 o universo dos 15 aos 60 anos, tendo-se verificado que não se registou um crescimento real na participação desportiva. Assim, em 1998 continuou-se a registar o mesmo índice global de participação desportiva, 27%, embora se tenham verificado diferenças no seu seio, assim como 5% de procura não satisfeita.

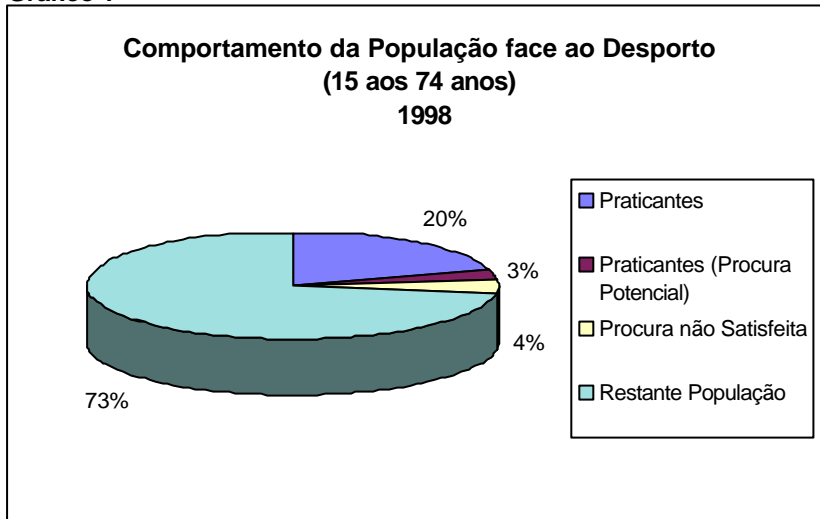
A grande diferença regista-se na passagem de dois pontos percentuais da participação desportiva no âmbito do lazer para a prática desportiva federada. Assim, os resultados apontam para um reforço do modelo de desporto federado praticado no âmbito da competição, e um decréscimo do desporto praticado no âmbito do lazer e generalizado a toda a população.⁶

⁵ O alargamento do universo de estudo aos 74 anos resultou da integração de Portugal no Programa Europeu COMPASS, dado os restantes países utilizarem idêntico procedimento.

⁶ O estudo de 1988 revelou que 3% da população entre os 15 e 60 anos desenvolvia uma prática desportiva federada. Comparando este resultado com o estudo de 1998 para o mesmo grupo etário, o desporto federado

Naturalmente que estes resultados encontram justificação nas políticas desportivas promovidas nos últimos dez anos, que têm vindo a reforçar os apoios ao desporto, sobretudo de alta competição, não existindo uma política concertada de promoção do desporto no âmbito do lazer⁷ (Marivoet & Malveiro 1999).

Gráfico 1



Fonte: IHDPP'98

Da comparação dos dois estudos verifica-se um reforço da intensidade da prática desportiva, quer através de um ligeiro aumento do número médio de modalidades praticadas por cada praticante (Índice de diferenciação), quer ao nível das horas médias de prática por semana (Índice de intensidade). (v.q.l)

Podemos ainda concluir que entre a população dos 15 e 60 anos existe em 1998 uma maior abrangência da prática desportiva, 63% face aos 61% registados em 1988, no entanto, verificou-se um aumento do abandono na mesma ordem percentual. Assim, os índices de fidelidade e de abandono registados em 1988 e em 1998, são respectivamente de, 45% e 55%, e de, 43% e 57% conforme quadro I.⁸

Como conclusão geral, podemos afirmar que entre a população dos 15 aos 60 anos, se verifica, por um lado, uma maior abrangência desportiva em 1998 face a 1988, embora este aumento não se tenha efectivado na participação desportiva devido ao crescimento do abandono, e, por outro lado, os praticantes desportivos em 1998 desenvolvem a sua prática desportiva de forma mais intensa, e proporcionalmente a 1988, um maior número no âmbito do desporto federado de competição.

subiu para 5%. Face à população dos 15 aos 74 anos, em 1998, a prática do desporto federado situou-se nos 4%.

⁷ Apenas em 1996, a alteração à Lei de Bases do Sistema Desportivo, Lei 19/96 de 25/06, prevê a obtenção do estatuto de mera utilidade pública às organizações que promovem o desporto sem ser de competição. A regulamentação deste estatuto foi publicada em 1997, pelos DL-272/97 de 8/10 e o DL-279/97 de 11/10. A aplicar-se este diploma, as organizações desportivas que obtiverem este estatuto poderão constituir-se como parceiras do Estado na promoção do desporto e assim beneficiarem do financiamento público para esta acção.

⁸ A Abrangência é um indicador desportivo que avalia a experiência desportiva. Assim, encontram-se contabilizados os praticantes e os ex-praticantes face à população geral. Com este universo podem encontrar-se os indicadores de Fidelidade e Abandono à prática desportiva. A Fidelidade calcula-se através do rácio dos praticantes sobre o universo dos praticantes e ex-praticantes, e o Abandono constitui-se como o conjunto complementar à Fidelidade (Marivoet, 1995).

Quadro I
Indicadores Desportivos (1988-1998)

Índices Desportivos	1988	1998
	Portugal Continental (15 aos 60 anos)	Portugal (15 aos 60 anos)
Abrangência	61	63
Fidelidade	45	43
Abandono	55	57
Diferenciação	1,2	1,4
Intensidade	3,4	5,25

Fonte: CPPD'88 e IHDPP'98

Relativamente aos desportos o futebol continua a ser a modalidade mais praticada, tendo subido um ponto percentual. Em 1988 e 1998 passou, respectivamente, de 9% para 10%. Quanto às restantes modalidades mais praticadas verificaram-se alterações em 1998 proporcionalmente a 1988: a natação subiu e o atletismo desceu.

Em 1998 a natação passou a ser a segunda modalidade mais praticadas, 4% da população, enquanto em 1988 se apresentava no quarto lugar, tal como o ténis, com 2%. O atletismo situa-se em 1998 no conjunto das terceiras modalidades mais praticadas, ao mesmo nível das actividades de manutenção (musculação, footing, jogging) da ginástica desportiva e do ciclismo com cerca de 2% respectivamente.

A ginástica que com o atletismo eram as segundas modalidades mais praticada em 1988, com respectivamente 4%, apresentam um decréscimo em 1998, que se deve em parte à introdução das actividades de manutenção como actividade desportiva demarcada.

3. Comparação Internacional das Participações Desportivas

Quando comparamos as participações desportivas nos países da União Europeia, ressalta a diferença entre os valores elevados registados nos países do centro e norte, relativamente aos países do sul, conforme quadro II.

Quadro II
Participação Desportiva por País segundo o Género

País ano do estudo (universo de análise - grupos etários)	Feminina	Masculina	Média Nacional
Espanha 1995 (16-65)	24	39	31
Filândia 1997/8 (3 +)	78	83	81
Irlanda 1994 (16-75)	58	70	64
Itália 1995 (3+)	15	32	23
Holanda 1995 (6+)	61	63	63
Portugal (*) 1998 (15-74)	14	34	23
Reino Unido 1996 (16 +)	60	72	67
Suécia 1997 (7-70)	70	70	70

Fonte: COMPASS Project, 1999 - Sports Participation in Europe

(*) IHDPP'98

Este facto, prende-se naturalmente com as características socioestruturais das sociedades do norte face às do sul, mas também pelo facto de os ideais do movimento do 'desporto para todos' se terem expressado nestes últimos países muito mais tarde.

No caso concreto de Portugal, apenas após a instauração da democracia em 1974, começaram a ganhar expressão os valores de cultura física generalizada a toda a população, ou seja, cerca de duas décadas mais tarde relativamente aos países do centro e norte⁹. Decorrentemente deste facto, também não se fizeram sentir as políticas de promoção desportiva, nem tão pouco os investimentos na rede de infra-estruturas, tal como aconteceu durante a década de sessenta nesses mesmos países.

A prática desportiva até 1974 era sobretudo exercida pelos clubes ou escolas, dirigida aos escalões mais novos, e no âmbito da competição, havendo restrições e controlos aos clubes desportivos, devido à proibição da liberdade associativa (Sousa, 1988).

Neste contexto, as gerações mais velhas não foram socializadas nos novos valores da cultura física, nem mesmo uma boa parte delas tiveram a oportunidade de experimentar uma prática desportiva, pois a permanência na escola foi curta, para a grande maioria dos jovens de então. Em 1988, na população dos 15 aos 60 anos, 39% não tinha tido uma experiência desportiva, em 1998, para a mesma população, 37%, e entre os 15 e 74 anos o valor sobe para 43%. A este respeito é importante referir que as mulheres são as grandes ausentes de experiências desportivas, o que denota os preconceitos face à actividade desportiva feminina. Quanto aos homens os valores são mais baixos, sendo de realçar que, o serviço militar obrigatório constituiu um espaço onde para muitos foi possível a experiência de uma prática desportiva pela primeira vez, embora os jogos de rua, e as características de algumas modalidades, entre elas o Futebol, a Caça e a Pesca se identifiquem com os padrões culturais das práticas marcadamente masculinas, sobretudo nas gerações mais velhas.

Neste contexto, compreende-se que a sociedade portuguesa apresente uma das participações mais baixas dos países da União Europeia, sendo de acrescentar que nas últimas décadas não se têm verificado políticas concertadas no sentido de generalizar a prática desportiva.

4. Variáveis Socioestruturais da Participação Desportiva

Os estudos nacionais e internacionais sobre os hábitos desportivos têm demonstrado que as variáveis idade, género, escolaridade e estatuto socioprofissional, são estruturantes da prática desportiva. Os homens tendem a praticar mais desporto do que as mulheres, os jovens mais do que os mais velhos, assim como, os que têm um nível de escolaridade mais elevada, e os que detêm um estatuto socioprofissional que requer maiores níveis de qualificação e de responsabilidade.

Dadas as características socioeconómicas e o baixo nível de escolaridade da população portuguesa, assim como, os preconceitos face à prática desportiva das

⁹ Desde 1976 que o desporto ficou consagrado como direito dos cidadãos no art. 79 da Constituição da República Portuguesa: " O Estado reconhece o direito dos cidadãos à cultura física e ao desporto, como meios de valorização humana, incumbindo-lhe promover, estimular e orientar a sua prática e difusão". Na revisão constitucional de 1982 o texto sofre alterações, expressa claramente o direito ao desporto de todos os cidadãos e estabelece condições de parceria ao Estado por parte das escolas, e as associações e colectividades desportivas, na promoção e difusão da cultura física e do desporto.

mulheres, verifica-se uma forte estruturação da prática desportiva por parte das variáveis referidas, constituindo-se como factores explicativos da fraca participação desportiva registada em Portugal.

4.1. O Género e o Desporto

Entre a população dos 15 aos 74 anos, em cada cem homens 34 praticam desporto, enquanto nas mulheres 14% (v.q.II). Este facto constitui-se como um dos factores mais importantes da fraca participação desportiva, pois as mulheres representam 52% da população em estudo.

A participação desportiva das mulheres sofre variações consoante a idade, o nível de escolaridade e o estatuto socioprofissional. São sobretudo as gerações mais velhas, menos escolarizadas, e decorrentemente enquadradas em grupos sociais menos favorecidos, que mais contribuem para o baixo índice de participação global das mulheres.

Quando comparamos os resultados de 1988 com os de 1998 para a população entre os 15 e 60 anos, verificamos que existe um decréscimo da participação desportiva feminina na ordem de dois pontos percentuais. Para além das razões já referidas, haverá a considerar a falta de tempo apontada pelas mulheres para o exercício de uma prática desportiva, perfeitamente justificável pela sobrecarga com que as mulheres na sociedade actual se confrontam, nomeadamente, a conciliação da actividade profissional com as acrescidas responsabilidades advindas da crise da instituição familiar. A juntar a esta realidade, será de referir, a inexistência de uma acessível oferta articulada com o tipo de procura mais requerido pelas mulheres. Na sua maioria, os clubes desportivos de carácter associativo não oferecem uma prática desportiva no âmbito do lazer, sendo este mercado preenchido por clubes privados que nem sempre praticam preços comportáveis para a maioria das famílias portuguesas.¹⁰

4.2. O Desporto segundo a Idade

Os jovens praticam proporcionalmente mais desporto do que as gerações mais velhas. A partir dos 35 anos as participações desportivas baixam, representando esta população 58% do total em estudo.

Na comparação das duas investigações realizadas entre 1988 e 1998 verifica-se que existe um decréscimo de 4 pontos percentuais na prática desportiva da população dos 15 aos 19 anos (ver quadro III). Este facto denota uma carência na aquisição de valores de cultura física-desportiva na escola, sobretudo porque se trata de uma população que acaba de terminar a escolaridade obrigatória.

Quadro III

Participação Desportiva segundo a Idade

Idade	1988	1998
	Portugal Continental (15 aos 60 anos)	Portugal (15 aos 74 anos)
15-19	55	51
20-34	32	34
35-49	20	18
50-60	7	10
61-74		5

Fonte: CPPD'88 e IHDPP'98

¹⁰ O estudo de 1998 revelou que o orçamento médio para as despesas com o desporto em cada família é de 2.500\$00 verificando-se variações segundo os grupos sociais.

Naturalmente, que no mercado dos lazeres dos tempos livres para a juventude existe uma diversidade de ofertas que se tornam concorrentes com as desportivas. Contudo, verificando-se um aumento do desporto federado de competição no estudo de 1998, que justamente vai recair neste grupo etário, levanta-nos mais uma vez a questão da inexistência de uma adequada e acessível oferta na sociedade portuguesa, articulada com as novas apetências da maioria da juventude nos tempos presentes, nomeadamente, os desportos de grande espaço de lazer e aventura.¹¹

No estudo de 1998 os desportos de aventura (escalada, rappel, slide, BTT, patins em linha, skates, bungee jumping), no seu conjunto, correspondem a cerca de 1% do universo das modalidades praticadas pelos desportistas, num intervalo de confiança de 95%, estima-se que sejam praticadas por cerca de 28.000 indivíduos entre os 15 e 74 anos.

Abaixo deste valor encontra-se ainda, respectivamente, as actividades de voo livre (asa delta, balonismo, parapente e paraquedismo), o montanhismo (espeleologia, caminhada e escalada em montanha), a orientação, e o surf/bodyboard entre outros.

4.3. Os Hábitos Desportivos segundo o nível de Escolaridade

Os hábitos desportivos acompanham o nível de escolaridade. Quanto mais elevada a escolaridade maior são os níveis de participação registados, conforme se poderá ver no quadro IV.

Quadro IV
Participação Desportiva segundo o Nível de Escolaridade

Escolaridade	1998
	Portugal (15 aos 74 anos)
Analfabeto /Sabe ler e escrever	5
Instrução Primária e Ciclo Preparatório	15
9º Ano	37
10º e 12º Ano	45
Curso Médio e Politécnico	35
Licenciatura	49
Pós-Graduações	57

Fonte: IHDPP'98

A população com um grau de escolaridade até ao ciclo preparatório apresenta uma fraca participação desportiva. A população abrangida por esta escolaridade representa 64% da população em estudo, facto que contribui para a explicação da fraca participação desportiva registada na sociedade portuguesa quando comparada com outras sociedades europeias.

4.4. O Desporto Segundo os Grupos Sociais

¹¹ A participação desportiva organizada entre os jovens dos 15 aos 19 anos é de 34%, e entre os 20 e 24 anos de 24%. A procura potencial (desejo de iniciar a prática de outros desportos para além dos já praticados), e a procura não satisfeita (intenção de iniciar a prática desportiva) são bastante elevadas nestes grupos etários, respectivamente, de 8% e 5% entre os 15 e 19 anos, e, 7% e 11% entre os 20 e 24 anos. Estima-se que 54% dos jovens e crianças até aos 15 anos desenvolviam uma prática desportiva em 1998. Esta informação foi obtida através das respostas dos inquiridos com filhos até aos 15 anos.

Interligado com a relação que se estabelece entre o nível de escolaridade e os hábitos desportivos encontramos, igualmente,¹² uma relação estruturante entre o grupo social e a prática desportiva (quadro V).

Os 'Pequenos Proprietários' do Grupo SEE (Serviços de Enquadramento e Execução) e os grupos, PI (Profissionais da Indústria) e TAGP (Trabalhadores Agrícolas e Pescas), apresentam os índices de participação desportiva mais baixos e representam 61% da população em estudo. O grupo EQS (Empresários e Quadros Superiores) apresenta uma participação desportiva elevada, mas apenas representam cerca de 7% da população em estudo.

Quadro V

Participação Desportiva segundo o Grupo Social

Grupo social	1998
	Portugal (15 aos 74 anos)
EQS - Empresários e Quadros Superiores	43
SEE - Serviços de Enquadramento e Execução	25
PI - Profissionais da Indústria	19
TAGP - Trabalhadores Agrícolas e Pescas	9

Fonte: IHDPP'98

Tal como no estudo de 1988 não se verifica uma grande diferenciação na identificação dos diferentes grupos sociais com as modalidades desportivas, sobretudo ao nível das primeiras escolhas. Este facto deve-se à grande concentração da prática desportiva em torno de um número reduzido de modalidades desportivas (Marivoet, 1994).

O futebol que se constitui como a modalidade mais praticada (10%), é igualmente a modalidade mais praticada em todos os grupos sociais com excepção do grupo EQS, onde assume o segundo lugar.

A natação que se constitui como a segunda modalidade mais praticada (4%), apresenta-se como a 1ª escolha no grupo EQS, 2ª escolha no grupo SEE, e a 3ª escolha no grupo PI. O atletismo sendo a terceira modalidade mais praticada (2%), surge em 2º lugar no grupo PI, 3º lugar nos grupos SEE e TGAP. As actividades de manutenção, a ginástica desportiva e o ciclismo, que apresentam valores de participação idênticos ao do atletismo, constituindo-se como as terceiras modalidades mais praticadas ao nível nacional, surgem igualmente nas primeiras escolhas dos diferentes grupos sociais. Assim, as actividades de manutenção são a 3ª escolha do grupo EQS, a ginástica desportiva a 4ª escolha do grupo SEE, e o ciclismo a 3ª escolha do grupo SEE juntamente com o atletismo, e a 4ª escolha do grupo PI.

Ao nível das modalidades desportivas menos praticadas ao nível nacional e com algum relevo nas escolhas por parte dos diferentes grupos sociais encontramos, as danças gímnicas e o ténis como 4ª escolha no grupo EQS, o basquetebol que

¹² A tipologia de grupos sociais seguida no estudo de 1998 teve como objectivo criar níveis de comparabilidade com a tipologia definida no estudo de 1988, assim como, permitir níveis de comparabilidade com as tipologias utilizadas em estudos sociológicos. Para o efeito tivemos como referência a metodologia de classes sociais desenvolvida no estudo "Famílias, Estudantes e Universidades", da autoria de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (1988).

Para o estabelecimento da nomenclatura dos grupos sociais tivemos presente as variáveis profissão, condição e situação na mesma, e habilitações literárias. Dado o 'lugar' ocupado na esfera produtiva ter sido privilegiado em relação a outras práticas, e tendo em conta a natureza do presente estudo, decidiu-se utilizar designações para os grupos sociais próximas dos desempenhos profissionais, tendo-se presente a situação na profissão, nomeadamente, quanto ao desenvolvimento da actividade por conta própria segundo a dimensão do número de empregados a cargo.

ocupa juntamente com a natação a 3ª escolha no grupo PI, a caça que ocupa a 2ª escolha no grupo TAGP, e a pesca desportiva que neste grupo se constitui como a 3ª escolha em conjunto com o atletismo.

Em termos gerais, podemos afirmar que a prática do futebol apresenta um grande predomínio nos diferentes grupos sociais, com excepção do EQS. Para além do futebol se constituir como a primeira escolha, esta encontra-se nestes grupos sociais bem distanciada das restantes modalidades praticadas. O grupo dos TAGP apresentam uma afinidade com os desportos tradicionais, caça e pesca desportiva, modalidades fortemente identificados com os espaços rurais. Por fim, o grupo dos EQS apresenta uma distribuição mais equilibrada entre as diferentes modalidades praticadas, assim como se denota que as escolhas recaem em desportos, que apresentam alguma exigência face à utilização de espaços de oferta no enquadramento da mesma.

5. Opinião dos Inquiridos Acerca das Razões de Praticar ou Não Desporto

A condição física e saúde constitui a razão mais apontada pelos inquiridos para a prática desportiva, quer em 1988, quer em 1998, embora se tenha verificado um reforço da escolha, respectivamente, de 77% para 85%.¹³ O Divertimento/Lazer constitui a segunda escolha em ambos os estudos, contudo, recolhendo uma escolha superior em 1998. Assim, em 1988, 44% afirmavam o Divertimento/Lazer entre as razões da prática desportiva, e em 1998, 64%.¹⁴

A Sociabilidade ('convívio proporcionado') constitui a terceira escolha em ambos os estudos, respectivamente em 1988 e 1998, de 33% e 32%, e de 31% para a população dos 15 aos 74 anos em 1998, embora maioritariamente a população afirme praticar desporto em grupo (ver gráfico 2).

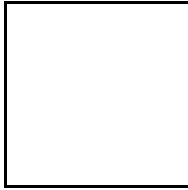
O estudo de 1998 revelou ainda que, 21% dos inquiridos (15 aos 74 anos) são membros de clubes desportivos, valor inferior ao registado em 1988, onde 36% da população entre os 15 e 60 anos afirmava ser associada a um clube desportivo.

Entre os não praticantes, a 'falta de tempo' constitui -se como a principal razão para não praticarem desporto (60%). Os resultados apontam ainda para a deficiente aquisição de hábitos desportivos na população, sobretudo nas gerações mais velhas, onde a 'idade' constitui para 25% uma das razões para a sua não prática, ou mesmo, por motivos de 'Saúde' apontada por 17%. Os dados levam-nos ainda a questionar sobre a existência de uma deficiente oferta, ou de um desconhecimento acerca das formas de desporto adaptadas às situações dos utentes. Contudo, haverá a registar que, 45% dos inquiridos afirmam não gostar de desporto, o que reforça a deficiente aculturação de valores de cultura físico-desportiva na sociedade portuguesa.

¹³ Em 1998 aumentaram -se os itens desta rubrica. Assim, as respostas recaem no 'manter/melhorar a condição física', 'manter a linha' e 'recomendação médica'. Para a população entre os 15 e 74 anos, a condição física e saúde, como razão para a prática desportiva, recolhe no conjunto dos itens referidos 86% das respostas dos inquiridos.

¹⁴ Em 1998 introduziu-se os itens 'divertimento como ocupação de tempo livre' e 'quebrar com a rotina diária'. Para a população dos 15 aos 74 anos esta rubrica contabiliza 64% das razões apontadas para a prática desportiva segundo os inquiridos.

Gráfico 2



Fonte: IHDPP'98

Apontamento Conclusivo

Podemos concluir, da comparação dos dois estudos, que a prática desportiva não cresceu em termos globais na sociedade portuguesa durante os últimos dez anos. Contudo, verificaram-se grandes alterações dentro da procura real existente. Por um lado, a prática desportiva no âmbito federado cresceu, enquanto a prática desportiva no âmbito do lazer decresceu, por outro lado, diminuiu a participação desportiva nas mulheres e nos mais jovens. Outra alteração verificada foi a maior intensificação da prática desportiva entre os praticantes em 1998, facto que pode dar a noção aparente da existência de um crescimento, embora se trate de um auto-reforço do próprio mercado desportivo.

Quando comparamos a participação desportiva portuguesa com a dos países da União Europeia, verificamos que Portugal apresenta taxas que o aproximam da realidade do Sul Europeu. Este facto, deve-se às características socioeconómicas da sociedade portuguesa, nomeadamente, o baixo nível de escolaridade, os preconceitos existentes face à prática das mulheres, sobretudo nas gerações mais velhas, e ainda, causas políticas que dificultaram a aquisição de uma cultura físico-desportiva.

Apesar de apenas 23% da população, entre os 15 e os 74 anos, praticarem desporto em 1998, encontramos 47% da mesma população a afirmar que gosta muito ou bastante de desporto. Este interesse pelo desporto recai sobretudo no espectáculo desportivo, onde cerca de 42% afirmaram ir assistir regularmente. Associado ao interesse pelo espectáculo desportivo, onde se destaca o futebol, aparece o interesse pelos *media* desportivos, consumidos regularmente por cerca de 40% da população. Toda esta realidade se relaciona com o facto do desporto se constituir como a quinta escolha das práticas de lazer, sendo o 'ver-TV' a primeira. Contudo, na primeira escolha dos inquiridos sobre as preferências televisivas, os programas desportivos recebem o segundo lugar, após os noticiários e antes das telenovelas.

Assim, podemos concluir que em 1998, de entre a população que revelou o gosto pelo desporto, apenas cerca de metade é praticante, enquanto a restante se constitui como espectadora.

Bibliografia

ALMEIDA, J.F. (1981) "Alguns problemas da Teoria das Classes Sociais", in *Análise Social*, n.º 66.

ALMEIDA, J.F., COSTA, A.F., MACHADO, F.L. (1988) "Famílias, Estudantes e Universidades", in *revista Sociologia Problemas e Práticas*, nº4: 11-44.

CLAEYS, U., HERTOGEN, J., MERCY, M. (1987) "Recintos Desportivos Cobertos na Flandres: Situação e Procura", *Desporto e Sociedade* nº 1.

CONSELHO DA EUROPA (1990) "O Conselho da Europa e o Desporto para Todos", *Desporto e Sociedade* nº 7.

FERRANDO, M. (1997) *Los Españoles y el Deporte, 1980-1995. Un estudio sociológico sobre comportamientos, actitudes y valores*. Valencia: COEDITAN:CSD(MEC).

IRLINGER, P., LOUVEAU, C., METOUDI, M. (1987) *Les Pratiques Sportives des Français*", tome 1 et 2, Paris: INSEP/Laboratoire de Sociologie.

LASSIME, C. (1986) "Metodologia de reflexão sobre o conhecimento das necessidades a fim de as satisfazer de maneira racional", *Desporto e Sociedade* nº5:17-24.

MARIVOET, S. (1987) "Metodologia da Carta da Procura Desportiva e Recreativa", *Desporto e Sociedade* nº 2.

MARIVOET, S. (1994) "Hábitos Desportivos: Valores socioculturais em mudança", in *Actas do Congresso Mundial de Lazer*. Lisboa: Edições ICS da UL.

MARIVOET, S. (1995) "Hábitos Desportivos na Sociedade Portuguesa", *Ludens* vol. 13, nº3/4: 84-91.

MARIVOET, S. (1998) *Aspectos Sociológicos do Desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.

MARIVOET, S., MALVEIRO, O. (1999) "As Relações entre o Estado e O Movimento Associativo em Portugal (1984-1999)", *Revista Horizonte* vol XV, nº89: 25-32.

MUSSINO, A. (1997) *Statistica e Sport: non solo numeri*. Roma: Società Stampa Sportiva.

THOMAS, R., HAUMONT, A., LEVET, J.M. (1987), *Sociologie du Sport*. Paris: PUF

REMAN, A. (1986) "A planificação da infra-estrutura desportiva em período de recessão económica", *Desporto e Sociedade* nº5: 9-15.

SOUSA, J.T. (1988) *Contributos para o Estudo do Associativismo Desportivo em Portugal*. Lisboa: UTL/ISEF.

Documentos

1977, Conselho da Europa, CCC/DC (77) 11 - F

1979, Conselho da Europa, CDDS (78) 19- E

1988, Inquérito Sociográfico à Prática Desportiva ou Recreativa, DGD/ Ministério da Educação

1991, CPPD-*Carta da Procura da Prática Desportiva. Atlas Desportivo Nacional*, vol.00, Parte I, ME/DGD.

1998, IHDPP-Inquérito aos Hábitos Desportivos da População Portuguesa. CEFD/ Secretaria de Estado do Desporto.